

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.427 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 2001

BALANÇO

PLENÁRIO EXAMINOU 996 MATÉRIAS ESTE ANO

FOTO: ADÃO NASCIMENTO



PÁGINAS 2 A 8

Congresso pode votar Orçamento até dia 7

O presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, convocou o Congresso para trabalhar, sem qualquer pagamento adicional, de hoje até o dia 7 de janeiro, quando deverá ser encerrada a votação do orçamento de 2002. A convocação foi feita depois que a reunião da

Comissão Mista de Orçamentos foi suspensa, na madrugada do último sábado, por obstrução das oposições, que querem um salário mínimo superior a R\$ 200 em abril próximo.

– É uma obrigação do Congresso votar o orçamento e os parlamentares só

devem ir para o recesso depois de sua votação – afirmou Ramez Tebet.

Ficou acertado que até sexta, a Comissão votará os 2.331 destaques apresentados ao relatório final do projeto orçamentário. Para isso, líderes partidários convocaram a Brasília os 84 deputados

e senadores titulares da Comissão de Orçamento. Se algum titular não puder comparecer, será convocado seu suplente. De 2 a 7 de janeiro, deverão estar em Brasília todos os deputados e senadores, para votação final do orçamento no plenário do Congresso.

BALANÇO



Em três meses de atividade, comissão especial sobre projeto de revitalização realizou sete audiências públicas

Comissão do São Francisco discutiu falta de recursos

Waldeck Ornélas sugeriu em relatório parcial articulação de órgãos governamentais para viabilizar imediata construção de barragens

Com menos de três meses de existência, a Comissão Especial do Rio São Francisco, criada pelo Senado para acompanhar o projeto de revitalização do rio, realizou sete audiências públicas com representantes de órgãos governamentais e da sociedade. A falta de recursos para a revitalização do rio marcou a maior parte das discussões entre os integrantes da comissão, que alertaram para a possibilidade de inviabilização do projeto.

A comissão teve sua primeira reunião no dia 10 de outubro, na qual foi eleito presidente do colegiado o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Com o seu afastamento para assumir o Ministério da Integração Nacional, a presidência ficou a cargo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O relator da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), tem a incumbência de apresentar mais um relatório parcial e o final até 15 de dezembro de 2002, data em que se encerram os trabalhos.

No primeiro relatório parcial,

apresentado no dia 12 de dezembro, Waldeck Ornélas recomendou um trabalho articulado dos órgãos governamentais para viabilizar a imediata construção de barragens de pequeno e médio porte ao longo dos afluentes do São Francisco. Com isso seria possível regularizar a vazão do rio, explicou o senador.

DESPOLUIÇÃO

Ele chamou a atenção para o fato de que grande parte dos R\$ 84 milhões destinados à revitalização do São Francisco no ano de 2001 tem sido utilizada somente para a despoluição do rio. Os órgãos encarregados de cuidar do projeto não estariam recebendo os recursos. Em 2002, o empreendimento deverá receber cerca de R\$ 30 milhões.

Integrante da comissão, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) alertou para o fato de que "previsão orçamentária não implica disponibilidade de recursos". O temor da senadora é de que a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que direciona 0,5% do

Orçamento da União para o projeto não garanta os recursos necessários para os órgãos competentes. Já aprovada pelo Senado no último dia 12, a proposta, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ainda vai ser apreciada pela Câmara dos Deputados. Considerada importante por todos os membros da comissão, a medida deve proporcionar cerca de R\$ 200 milhões anuais para o projeto pelo período de 20 anos.

Ornélas lembra ainda em seu relatório que o São Francisco é um rio federal, enquanto seus afluentes são estaduais. Por essa razão, esclareceu, existe um conflito de competência entre os órgãos encarregados de cuidar do rio. Embora não critique o relatório, Heloísa Helena lamentou que Ornélas não aponte soluções para os problemas levantados. Ela acredita que a comissão deveria encontrar uma maneira de modificar a legislação e permitir que um único órgão cuide de toda a bacia do São Francisco.

Relator defende investimento para geração de mais energia

O relator da Comissão Mista Especial da Crise de Energia, senador Paulo Souto (PFL-BA), acredita que o país tem pela frente um desafio: como tornar economicamente viáveis os investimentos privados necessários ao aumento de capacidade do parque gerador. Esse será um dos temas abordados no relatório final que ele pretende apresentar à comissão até o final de abril de 2002.

Paulo Souto recorda que a geração de energia tem sido feita por empresas estatais a um custo relativamente baixo. Como a produção adicional em usinas hidrelétricas mais afastadas e termelétricas movidas a gás demanda investimentos maiores, será necessário encontrar uma fórmula que assegure competitividade às empresas privadas que entrarem no sistema, observou. "É uma questão complexa", admitiu ele.

BOM SINAL

Para o senador, um bom sinal foi o sucesso de recentes leilões de aproveitamentos hidrelétricos promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), quando grupos privados chegaram a pagar ágio de até 3.000% sobre os preços mínimos estipulados para a concessões.

A comissão debateu o raciona-

mento com especialistas e autoridades ao longo do segundo semestre. Um dos convidados foi o presidente da Aneel, José Mário Abdo, para quem a agência não poderia ser responsabilizada pelo aumento das tarifas de energia.

TARIFAS

Abdo explicou que a Aneel não tem participação na composição das tarifas ao consumidor e que o papel da agência limita-se ao de fiscalizar o estrito cumprimento das regras estabelecidas pelo governo e pelo Congresso para os contratos firmados com as concessionárias de energia elétrica.

Em audiência pública promovida pela comissão, Peter Greiner, ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, advertiu que o país poderia conviver com a crise energética e a possibilidade de apagões por quatro ou cinco anos. Ele defendeu uma completa reforma no setor elétrico, com a entrada no país de novas tecnologias, privatização e implantação de um mercado de preços competitivo.

Formas alternativas de geração de energia também foram temas de debate. Em dezembro, a comissão escolheu o deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ) como seu novo presidente.



Comissão sobre crise de eletricidade também debateu fontes alternativas

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

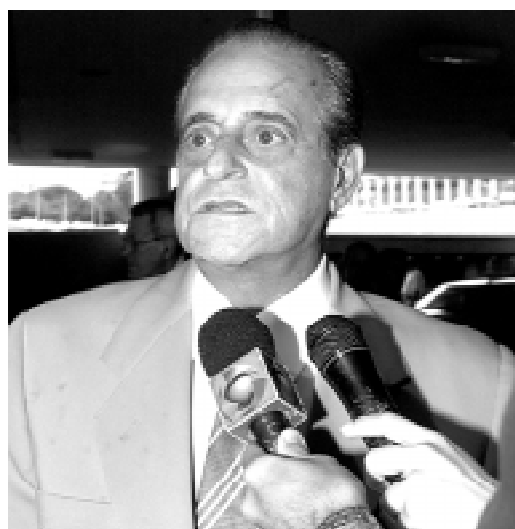
BALANÇO

Senado está a serviço da sociedade, diz Tebet

Na opinião do presidente, a Casa superou um período de turbulências votando todas as matérias importantes para a população. Ele destaca a restrição à imunidade parlamentar, a nova Lei das S.A. e o limite à edição de medidas provisórias

No meio de uma crise, o Senado se agigantou. Com essa afirmativa, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Ramez Tebet, resumiu a atuação da instituição em 2001. Ele lembrou que o Senado não deixou de votar nenhuma matéria importante para a sociedade, mesmo em meio às muitas turbulências que marcaram o ano e que culminaram com as renúncias dos senadores José Roberto Arruda, Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho.

— O Senado e o Congresso Nacional vêm, paulatinamente, dando demonstrações de seu aprimoramento interno, de que não têm mais corporativismo e de que são instituições que estão a serviço da sociedade. O Legislativo é o



Para Ramez Tebet, o Senado e o Congresso vêm demonstrando seu aprimoramento interno

reflexo da sociedade. Alguém já disse que o Congresso sempre faz o que a sociedade quer — analisou.

Dentre as matérias examinadas e

aprovadas, Ramez Tebet destacou a proposta de emenda à Constituição que restringiu a imunidade parlamentar. “O Senado mostrou que caminha sintonizado com a sociedade, com o pensamento das famílias brasileiras”, disse. Para ele, a redefinição da imunidade parlamentar restaurou o princípio da igualdade perante a lei, extinguindo um privilégio, acabando com a impunidade e colocando os parlamentares no mesmo patamar de qualquer cidadão em relação a crimes comuns.

Na área econômica, Tebet destacou a aprovação da Lei das Sociedades Anônimas e a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Na área social, registrou a lei que torna gratuito o exa-

me de paternidade através do DNA para quem não pode arcar com o custo. O presidente do Senado ainda ressaltou a restrição à edição de medidas provisórias. “Não foi o ideal, mas melhorou muito”, avaliou.

O trabalho da Câmara dos Deputados foi apontado pelo presidente do Senado como fundamental para a aprovação das matérias mais importantes. Ele disse que, apesar das reformas já feitas, ainda faltam duas: a política, que foi muito debatida, mas não decidida, e a tributária, que é mais complexa, por envolver interesses da União, dos estados e dos municípios. Tebet não tem esperança de que a reforma política avance num ano eleitoral, mas acredita que alguns tópicos da reforma tributária podem vir a ser aprovados.

— Nós tínhamos que descobrir um mecanismo que evitasse a sonega-

ção. O assalariado não tem condições de sonegar, pois é descontado na fonte. Mas não dá para assistirmos impassíveis à injustiça de que as 500 maiores empresas do país não paguem imposto, porque há mecanismos na legislação para isso. A lei está errada para essas pessoas. É preciso modificar a lei — afirmou.

Da experiência de três meses como ministro da Integração Nacional, Tebet disse ter aprendido que o grande problema do país é a distribuição de renda. Segundo ele, este século terá como temas balizadores a ética, os direitos humanos e o meio ambiente. “Uma das perguntas mais difíceis de responder quando votamos uma matéria é: ‘O que é bom para o meu país?’ Quando a gente tem convicção, não há problema. Mas às vezes é muito difícil decidir votar uma lei”, concluiu.

CPI pretende propor normas para atuação das ONGs no país

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga supostas irregularidades envolvendo organizações não-governamentais (ONGs) ouviu, durante o ano de 2001, depoimentos de deputados, policiais e diretores de entidades, e decidiu prorrogar seus trabalhos até o dia 28 de junho de 2002. Como principal resultado de suas atividades, a comissão deverá, segundo o presidente, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), apresentar proposições legislativas dispendo sobre a atuação das ONGs. Autor do requerimento para a instalação da CPI, o senador disse que outro importante objetivo é “separar o joio do trigo”, apontando as entidades “que forem efetivamente nefastas aos interesses nacionais”.

Ao fazer balanço das atividades da comissão, Mozarildo mencionou que, entre as várias denúncias de

irregularidades apuradas, destacaram-se as relativas à ONG Associação Amazônia, que teria adquirido da população ribeirinha, de forma irregular, mais de 172 mil hectares de terra em Roraima, e lá estaria desenvolvendo ações contra os interesses do estado e incompatíveis com a finalidade da entidade.

Outra questão analisada pela CPI foi a apreensão de 7.289 toneladas do minério tantalita, que teriam sido extraídas ilegalmente pela ONG Cooperindio de terras indígenas no Amazonas, conforme depoimento do delegado Nivaldo Farias de Almeida, chefe da Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) na Amazônia.

A CPI das ONGs, instalada no dia 27 de março, tem como vice-presidente o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) é a relatora.



Mozarildo (entre Bernardo Cabral e Marluce Pinto) preside a CPI das ONGs



Comissão de Assuntos Sociais examinou 154 proposições durante este ano

Tuma considera produtivo o trabalho da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciou durante o ano 154 proposições, incluindo projetos e requerimentos, e realizou oito audiências públicas para instruir processos em tramitação. “Foi um período intenso e bastante produtivo”, observou o presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ao destacar a aprovação de várias matérias consideradas de grande importância para o país e a população, entre as quais a que criou o Estatuto da Cidade, que estabelece novas diretrizes para a política urbana.

Para o presidente da CAS, o Estatuto da Cidade, já sancionado pelo presidente da República, permitirá estabelecer diretrizes gerais da política urbana. Com isso, observou, as prefeituras municipais terão em mãos um instrumento eficaz, destinado a promover o desenvolvimento planejado das cidades, envolvendo equipamentos urbanos, comunitários, transpor-

te e serviços públicos.

A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou projeto que estabelece penas mais rigorosas para os traficantes de drogas, que poderão ser condenados a até 15 anos de prisão. Mas, no mesmo texto, o projeto estabeleceu uma novidade: as pessoas viciadas em drogas, quando detidas, passarão a ter penas alternativas e tratamento psicológico.

Outra matéria considerada polêmica aprovada pela CAS foi a que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano. De acordo com o projeto, todas as próteses deverão atender normas técnicas definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Além disso, a embalagem do produto deverá conter informações sobre os benefícios e os malefícios decorrentes de seu uso.

Durante o ano, a CAS aprovou

ainda o projeto que instituiu o Fundo de Combate à Pobreza, destinado a ajudar as famílias mais pobres do país, principalmente as que residem no Norte e Nordeste. A principal fonte de recursos do fundo virá da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Direito de a mãe adotiva receber a licença-maternidade e o salário-maternidade; concessão do auxílio-desemprego a extrativistas e pescadores artesanais durante os períodos de defeso; fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento for realizado fora de seus municípios; regulamentação da profissão de treinador de futebol; e a obrigatoriedade de os motoristas de ônibus e caminhões descansarem pelo menos uma hora ao longo das quatro horas de direção, foram outros projetos apreciados pela Comissão de Assuntos Sociais.

CAE analisou temas decisivos para mudar economia

Entre as 129 matérias examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos no decorrer do ano esteve a nova Lei das Sociedades Anônimas e as operações para salvar instituições financeiras durante a mudança da política cambial

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinou em 2001 um total de 129 matérias, algumas delas decisivas para mudar a estrutura econômica do país, como a nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), que objetiva proteger acionistas minoritários e tornar mais atraente o mercado brasileiro de capitais.

Foram também realizadas pela comissão 27 audiências públicas, depoimentos e sabatinas, para tratar de assuntos de importância nacional, que vão desde a escolha de dirigentes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que se encarrega de coibir os abusos do poder econômico, até operações realizadas para salvar instituições financeiras com recursos públicos, inclusive as mais polêmicas, como os casos dos bancos Marka e Fontecindam, promovidas durante a mudança da política cambial.

Do total das matérias apreciadas pela CAE, ao longo de 55 reuniões realizadas este ano, destacaram-se 18 projetos de lei do Senado, em caráter terminativo, e dez em caráter não-terminativo; três projetos de lei complementar; 26 emendas de Plenário; 17 ofícios institucionais; 28 mensagens; 18 projetos de lei da Câmara; nove projetos de resolução; uma proposta de

emenda à Constituição; e vários outros pareceres.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e vários diretores da instituição financeira, além do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, compareceram diversas vezes à CAE ao longo do ano. Eles prestaram uma série de esclarecimentos sobre variados temas, sobretudo a respeito das políticas monetária e cambial e da criação do Código de Defesa do Contribuinte e suas implicações nas receitas tributárias, além do endividamento externo do país e a política de balanço de pagamentos.

ENERGIA ELÉTRICA

Também estiveram na CAE outras autoridades do governo e do meio acadêmico para prestar depoimentos sobre a crise de energia elétrica, a restituição de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores e a crise das companhias aéreas.

A comissão também discutiu vários outros temas de importância para a economia, como o esforço de recuperação da balança comercial e o protecionismo dos países mais ricos contra produtos brasileiros; a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca); a posição



A Comissão de Assuntos Econômicos realizou 55 reuniões em 2001 para apreciar projetos e debater temas nacionais

brasileira perante as instituições financeiras multilaterais (como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional); novas políticas para o Sistema Financeiro da Habitação; e a flexibilização dos contratos de trabalho.

A CAE aprovou ainda medidas de combate à pobreza e de fortalecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, autorizando também a realização de operações de crédito externo em benefício da União, estados e municípios. Foram discutidas e aprovadas iniciativas em benefício de pequenas e microempresas e da produção rural e industrial, por meio de modificações de natureza tributária e creditícia. Do mesmo modo, aprovaram-se medidas em benefício dos contribuintes, de modo a facilitar o aumento da produção.

Comissão concluiu a pauta integralmente

O exame da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apesar das dificuldades causadas pela sucessão da Mesa, foi totalmente concluído, registrando um "índice zero de gaveta", segundo o presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Isso significa que o colegiado não deixou nada pendente para o próximo exercício.

Para o senador, "o empenho dos senadores que integram a comissão e a seriedade com que conduziram os trabalhos" foram os maiores responsáveis pelo êxito das atividades. "A comissão atuou com grande oposidade ao lon-



Alcântara destacou os US\$ 5,8 bi em empréstimos aprovados

go de todo o ano, sem deixar nada pendente para o ano que se inicia", disse.

Ao destacar a importância dos trabalhos da CAE, Alcântara chamou a atenção para os US\$ 5,8 bilhões em empréstimos externos aprovados em favor do setor público, principal-

mente para estados e municípios e também para a nova realidade estrutural do mercado, criada a partir das mudanças na Lei das Sociedades Anônimas, que poderá mudar de forma profunda o perfil das empresas de capital aberto no país, "aproximando-as do capitalismo democrático e transparente".

INTERNET

Alcântara destacou ainda a criação do site da CAE, criado por iniciativa dele e que vem contribuindo para "abrir valiosas informações econômicas" a toda a sociedade, dando transparência à política econômica e combatendo o tratamento hermético dos temas econômicos.

Dos debates realizados, Alcântara destacou os realizados para avaliar as propostas de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), inclusive com a participação de parlamentares norte-americanos, e o Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ambos os assuntos continuarão a ser discutidos no próximo ano pela comissão e pelo Congresso Nacional.

Investigação sobre o metrô do Distrito Federal foi destaque na CFC

Em 2001 a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizou 39 reuniões, tendo organizado 11 audiências públicas. Cerca de 200 matérias passaram pelo colegiado. Foram instaladas duas subcomissões: a que acompanhou a aplicação de recursos federais nas obras do metrô do Distrito Federal e a que investigou a Arisa Agroindustrial e Reflorestadora S.A., em disputa judicial com o Banco do Nordeste.

A Subcomissão do Metrô aprovou em outubro o relatório do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), recomendando a continuidade das investigações pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que até então não havia comprovado nenhuma irregularidade. Wellington Roberto, no entanto, considerou satisfatórios os esclarecimentos prestados pela Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal.

A comissão também aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que a comissão acompanhe a realização de auditorias do TCU na aplicação de recursos no metrô.

Em outro momento a comissão ouviu o presidente do TCU, Humberto Souto, que prestou informações sobre os trabalhos de auditoria realizados pelo órgão.

Dois diretores da Caixa Econômica Federal, Henrique Costabile e Dalide Alves Corrêa, também foram ouvidos. Eles eram acusados de receber dinheiro para liberar recursos para a Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada. Após o depoimento à CFC, foram inocentados pelo então presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A CFC aprovou ainda requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitando a quebra do sigilo fiscal e bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e de pessoas e empresas ligadas a ele.

Em novembro, Suassuna, que buscou, como prometera ao assumir a comissão, desobstruir a pauta, foi indicado para o Ministério da Integração Nacional. Em seu lugar, foi escolhido presidente da CFC o senador Amir Lando (PMDB-RO).



No decorrer do ano, a Comissão de Fiscalização e Controle apreciou cerca de 200 matérias, além de ter promovido 11 audiências públicas

BALANÇO

CCJ realizou 44 reuniões e votou 214 pareceres

Bernardo Cabral diz que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cumpriu suas obrigações, apesar do grande volume de matérias. Entre os temas mais importantes estão as reformas política e do Poder Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), destacou as reformas política e do Judiciário como as principais matérias discutidas pela comissão em 2001. Em 44 reuniões, a CCJ votou 214 pareceres sobre proposições.

— A CCJ, apesar do volume imenso de processos que por ela tramitaram, cumpriu suas obrigações, realizou audiências públicas e aprovou autoridades indicadas para tribunais superiores e para a Procuradoria Geral da República. O que está pendente não tem nenhum resquício de urgência — afirmou Cabral, que distribuiu a relatores 615 matérias que já estão prontas para inclusão na pauta da comissão.

O senador enfatizou que a criação de uma subcomissão encarregada



CCJ conseguiu agilizar seus trabalhos com a criação de uma subcomissão encarregada de identificar matérias consensuais

de identificar matérias consensuais, composta por cinco senadores, fez com que a CCJ não realizasse discussões desnecessárias e que votasse um número maior de matérias, especialmente no segundo semestre.

Cabral lamentou que o parecer da comissão às propostas que compõem a reforma do Judiciário não

tivesse sido completamente votado este ano. Apenas o relatório de sua autoria e 58 destaques a emendas apresentadas foram discutidos. O restante deve ser analisado em 2002 (veja matéria).

Apesar de criticar a condução da reforma política, Cabral destacou que o projeto que incentiva a fidelidade partidária é crucial para a or-

ganização do sistema político-eleitoral brasileiro.

— Atualmente, o cidadão pode se bandear de um partido para outro, elege-se por uma legenda e logo em seguida sai. Isso gera um mal-estar muito grande, pois, no meu entendimento, o mandato pertence à legenda. Se não fizermos a reforma, sempre teremos esse problema de troca-troca de partido — afirmou.

Entre outras matérias relevantes que receberam parecer da comissão este ano, o presidente da CCJ destacou ainda:

- Criação das agências nacionais de Transportes Terrestres e de Transportes Aquaviários, cujos diretores, indicados pela Presidência da República, foram aprovados semana passada.
- Proibição de registro, como suplente de candidato ao Senado,

de parentes até o segundo grau do titular.

- Criação do Programa Nacional de Bolsas de Estudo.
- Definição de normas de proteção ao contribuinte.
- Fim da prisão especial.
- Regulamentação do Fundo de Combate à Pobreza.
- Criação e alteração no funcionamento de juizados especiais cíveis e criminais na Justiça Federal.
- Disciplina à edição de medidas provisórias.
- Aumento da pena para crime de extorsão por seqüestro.
- Registro gratuito de recém-nascidos.
- Revisão da proporcionalidade das bancadas na Câmara.
- Fim da imunidade parlamentar para crimes comuns.

Cabral espera que reforma do Judiciário seja aprovada em 2002

Apesar do grande número de emendas e destaques apresentados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à reforma do Judiciário, seu presidente, senador Bernardo Cabral, espera que o Senado conclua a votação da matéria em 2002. Até mesmo a realização de



Bernardo Cabral aponta a reforma do Judiciário como prioridade da CCJ

eleições, que, na sua avaliação, pode alterar a rotina dos trabalhos legislativos, não abala a previsão do senador, que é o relator da matéria.

— Espero que a reforma saia em 2002, para valer já em 2003. Eu não arquivar as minhas esperanças. A reforma do Judiciário é um clamor popular. Espero que o Senado não queira imitar a Câmara, que levou nove anos para aprovar a reforma do Judiciário — afirmou, destacando que a reforma do Judiciário será a prioridade da CCJ no próximo ano.

Para que isso aconteça, Cabral disse que pode realizar reuniões extraordinárias. Ele acrescentou que a Mesa também tem interesse na aprovação da matéria, pois o presidente do Senado, Ramez Tebet, comprometeu-se com os presidentes dos tribunais superiores de que iria se empenhar nesse sentido.

O presidente da CCJ acredita ainda que não devem ser apresentadas muitas emendas em Plenário, pois as lideranças já estão buscando acordos em diversos pontos polêmicos. Ele citou como exemplo a tramitação da proposta que limitou a imunidade parlamentar, à qual não

foram apresentadas emendas em Plenário, apesar de muitos acreditarem que o texto da Câmara não era o ideal. “Com a reforma do Judiciário se deverá proceder da mesma forma”, declarou.

ALTERAÇÕES

Este ano, a CCJ realizou diversas audiências públicas para ouvir os presidentes dos tribunais superiores e lideranças de classe sobre o assunto. As autoridades que não puderam estar presentes, disse Cabral, enviaram contribuições, que, em sua maioria, foram acolhidas.

Entre as alterações que propôs, o relator destaca o limite nas possibilidades de recursos para tribunais superiores, a mudança na escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República e a “quarentena” para juízes, desembargadores e ministros.

CPI do Roubo de Cargas amplia os esforços para identificar receptadores

Em seu segundo ano de funcionamento, a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas realizou 20 reuniões, tendo ouvido cerca de 100 pessoas, entre testemunhas, vítimas e suspeitos de envolvimento com quadrilhas especializadas em roubo de carga e lavagem de dinheiro. Os parlamentares que integram a CPI realizaram audiências públicas nos estados do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e pediram a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de dezenas de pessoas e empresas.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e tendo como relator o deputado Oscar Andrade (PFL-RO), a CPI do Roubo de Cargas empenhou-se em alcançar os receptadores de mercadorias roubadas. A comissão tomou depoimentos do traficante internacional de drogas Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, do megaempresário Ari Natalino da Silva, acusado de receptação, lavagem de dinheiro e adulteração de combustível, e dos presidiários Jorge Méres e Sálvio Barbosa Vilar, que passaram a cooperar com os trabalhos da CPI. O empresário Willian Sozza, acusado



Comissão parlamentar mista de inquérito realizou audiências em diversos estados para aprofundar as investigações sobre roubo de cargas

de chefiar uma das maiores organizações ligadas ao roubo de cargas, recusou-se a depor.

Em Campinas (SP), os parlamentares investigaram o envolvimento de policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Departamento de Polícia de Crimes) em desvio de cargas, extorsão e formação de quadrilha. Três deles tiveram prisão decretada. Em São Luís (MA), a CPI ouviu pistoleiros acusados de assassinar caminhoneiros. Em Porto Alegre (RS), foram ouvidos comerciantes acusados de receber caminhões roubados. Em Joinville (SC), a CPI tomou depoimentos de integrantes de uma quadrilha de roubo de cargas.

No final de outubro, os deputa-

dos Nelson Pellegrino (PT-BA), Walter Pinheiro (PT-BA), Robson Tuma (PFL-SP) e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) solicitaram a convocação de Alexandre Paes dos Santos, acusado pela imprensa de fazer lobby junto a parlamentares integrantes da CPI para impedir investigações sobre vendas de mercadorias roubadas na rede de supermercados Carrefour.

De acordo com dados levantados pela comissão, anualmente os desvios de cargas em rodovias de todo o país provocam prejuízos da ordem de R\$ 600 milhões, sendo que 50% dos crimes ocorrem em estradas localizadas no estado de São Paulo.

Decisões “facilitarão o exercício da cidadania”

A avaliação é do presidente da Comissão de Educação, Ricardo Santos. Ele ressaltou a aprovação da nova Lei de Entorpecentes e do projeto que obriga os aparelhos de TV a conter dispositivo que permite o bloqueio de programas

Infra-Estrutura garantiu mudanças nos transportes

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou 32 matérias em 2001, entre elas o projeto originário da Câmara dos Deputados que reestrutura o setor federal de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário. Também passou pelo crivo do colegiado projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) estabelecendo a gratuidade da água consumida por famílias que tenham consumo igual ou inferior à cota mensal mínima. A proposta foi aprovada em caráter terminativo. O presidente da comissão é o senador José Alencar (PL-MG).

A comissão aprovou ainda projeto determinando que as operações de venda de gás natural canalizado ou de carvão mineral destinados à produção de energia elétrica fiquem isentas do pa-

gamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS e Papep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Confins). E com decisão terminativa, foi aprovado projeto do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) isentando da cobrança de uso os recursos hídricos utilizados para matar a sede de animais, piscicultura e irrigação de pequenas propriedades.

Também foram debatidos temas como o aprofundamento da plataforma petrolífera P-36, da Petrobras, na Bacia de Campos (RJ) – alvo de investigação de uma subcomissão –, a crise de energia elétrica e o racionamento. Debateu a crise energética, entre outros, o professor Ildo Luiz Sauer, da Universidade de São Paulo (USP).



A comissão realizou audiências para discutir temas como o aprofundamento da plataforma P-36 da Petrobras, a crise energética e o racionamento

Comissão aprovou a tarifa progressiva em saneamento

Constou ainda da pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura projeto definindo que as companhias de saneamento devem estabelecer progressividade das tarifas, para que usuários com maior consumo subsidiem os que gastam menos. Também foram aprovados projeto relativo à preservação da concepção urbanística de Brasília e matéria determinando que embarcações estrangeiras terão acesso à navegação interior e de cabotagem, realiza-

das, respectivamente, nos rios e ao longo da costa brasileira, apenas nos casos em que seus países de origem praticarem a reciprocidade.

Projeto de lei do senador licenciado José Jorge (PFL-PE), também aprovado pela comissão, estendeu a todas as fontes alternativas de energia de potência superior a mil quilowatts, inclusive as eólicas, os benefícios concedidos às pequenas centrais hidrelétricas.

Em 48 reuniões realizadas ao longo deste ano, a Comissão de Educação (CE) discutiu e votou 502 matérias. O resultado, segundo o presidente do colegiado, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), demonstra que o período legislativo de 2001 foi dos mais produtivos, sobretudo porque algumas das proposições aprovadas pela comissão resultarão em “indiscutíveis melhorias na vida do conjunto da sociedade”.

– Apreciamos matérias sobre educação, cultura e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional, salário-educação, diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos – relacionou.

Ricardo Santos considerou que alguns projetos aprovados “poderão contribuir para atualizar a legislação e, conseqüentemente, facilitar o exercício da cidadania para os brasileiros”. É o caso, disse, do que trata da obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que



A Comissão de Educação também aprovou em 2001 projeto que estabelece o uso da língua de sinais nas mensagens dos Poderes da União

possibilite o bloqueio de programação inadequada para crianças e da nova Lei de Entorpecentes.

ENTORPECENTES

O projeto sobre entorpecentes recomenda o tratamento médico e psicológico do usuário de droga e torna mais rígidas as punições aos traficantes. Santos considera que a maior novidade da proposta é a previsão de penas alternativas – em vez de prisão – para quem for surpreendido com pequena quantidade de droga destinada ao consumo pessoal. A ênfase da punição foi deslocada

para o traficante, que poderá ser condenado a pena que varia de oito a 15 anos de prisão.

Voltada para beneficiar a comunidade de deficientes auditivos, proposta que estabelece a obrigatoriedade do uso da língua de sinais nas mensagens dos Poderes da União, nas manifestações oficiais e em campanhas institucionais veiculadas pela televisão também foi aprovada. O projeto prevê que, a partir de 1º de janeiro de 2006, a propaganda eleitoral gratuita terá de ser interpretada na Língua Brasileira de Sinais.

Subcomissão contribuiu para criação da Ancine

A relação entre as atividades realizadas pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, instalada pela Comissão de Educação, e a criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine) “é prova inquestionável” da importância do colegiado. A avaliação é do presidente da subcomissão, senador Freitas Neto (PSDB-PI), como também já havia reconhecido o cineasta Gustavo Dahl, presidente da Ancine.

Freitas Neto ressaltou que a agência tem como função principal estabelecer uma política geral para o audiovisual brasileiro. Foram as atividades da subcomissão, lembrou, que estabeleceram vínculo entre o cinema e o Poder Legislativo, como igualmente disse o produtor Luís Carlos Barreto em audiência pública.

Com a aprovação, pelo Plenário, dos nomes indicados para ocupar a diretoria da Ancine – entre os quais o de João Silveira, servidor do Senado que assessorou o relator, senador Franceli-

no Pereira (PFL-MG), na elaboração do primeiro parecer da Subcomissão de Cinema –, Freitas Neto acredita que o órgão deverá promover novas audiências públicas para ouvir as propostas dos representantes do setor, com vistas ao aperfeiçoamento da Ancine.

Ainda que a criação da agência tenha tido boa receptividade junto aos vários segmentos do cinema brasileiro, Freitas Neto admitiu que alguns deles, como o de infra-estrutura (material e

equipamentos), reivindicam mudanças, sobretudo no que se refere às alíquotas dos impostos, que eles propõem reduzir.

RÁDIO E TV

A proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei da Radiodifusão, a implantação da TV digital no Brasil, a interação entre a televisão e o cinema e a crise na Rádio MEC também foram temas dos debates ocorridos nas nove audiências públicas realizadas pela subcomissão no decorrer de 2001.



A implantação da TV digital no Brasil foi um dos temas debatidos pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

BALANÇO

Relações Exteriores discutiu 104 matérias

Presidente da comissão, Jefferson Péres destacou entre as principais realizações o substitutivo ao projeto de lei que proíbe porte de arma de fogo e as audiências públicas sobre questões internacionais e reaparelhamento da Força Aérea

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), fez um balanço positivo dos trabalhos em 2001. Segundo ele, além das atividades rotineiras, como o exame das indicações de embaixadores, a CRE aprovou matérias importantes, entre as quais substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) ao projeto de lei que proíbe o fabrico, o comércio e posse de armas de fogo, que ainda não entrou na pauta de votação do Plenário. O substitutivo permite a posse de arma na residência, mas proíbe o porte.

Jefferson também ressaltou os vários debates e audiências públicas em torno de questões internacionais importantes, como a avaliação do ministro das Rela-



Jefferson Péres fez uma avaliação positiva do trabalho realizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao longo deste ano

ções Exteriores, Celso Lafer, sobre os efeitos dos atentados terroristas contra os Estados Unidos

em 11 de setembro último. O senador considerou muito produtivo o seminário sobre as negocia-

ções envolvendo o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que contou com as presenças dos presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Antonio Felício, e da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, além do embaixador Rubens Ricupero.

Outro evento de destaque na CRE apontado por Jefferson Péres foi o depoimento do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e dos comandantes militares sobre a compra de aviões pela Força Aérea Brasileira (FAB), o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e o episódio envolven-

do o Ministério Público e o serviço de inteligência do Exército em Marabá, no Pará.

Em relação à recente crise econômica e política na Argentina, o senador lembrou que não há tempo para a realização de debates ou audiências públicas na CRE, mas considera provável que isso seja feito no próximo ano, logo após o recesso parlamentar. "Vamos ver como ela evolui para sabermos se haverá necessidade ou não de marcarmos um debate sobre a crise argentina", concluiu.

Em 2001, a CRE aprovou 55 pareceres, rejeitou sete e arquivou um. Também foram aprovadas 41 indicações de embaixadores. No total, foram apreciadas 104 matérias em 33 reuniões, entre projetos de lei do Senado e Câmara e outras propostas.

CPI propôs indiciamento de dirigentes e edição de lei para moralizar futebol

O futebol brasileiro não será mais o mesmo depois da conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol. Durante mais de um ano, os senadores investigaram diversas irregularidades, o que culminou com pedidos de indiciamento de 17 personalidades ligadas a clubes, federações e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) por prática de crimes como evasão de divisas, sonegação fiscal, apropriação indébita e fraude cambial.

A comissão, presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) e tendo como relator o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), também sugeriu a abertura de processo disciplinar pela Câmara, que pode levar à cassação do mandato do deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama. De acordo com o relatório de Althoff, aprovado em 5 de dezembro, Eurico lesou os cofres do clube em pelo menos R\$ 20 milhões. Falsidade ideológica, apropriação indébita de recursos do Vasco, crime eleitoral, crime tributário, lavagem de dinheiro e evasão de divisas são os delitos atribuídos ao dirigente.

Boa parte do relatório analisou irregularidades na administração

da CBF. O presidente da entidade, Ricardo Teixeira, é acusado de uma série de crimes. Para Álvaro Dias, o trabalho da CPI deve provocar a renúncia do dirigente. "Ele não tem condições morais para conduzir o futebol brasileiro à Copa do Mundo de 2002", comentou o senador.

A CPI também investigou as federações de futebol dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cujos presidentes tiveram os indiciamentos pedidos ao Ministério Público Federal

Mas o trabalho não se limitou à investigação de irregularidades. O objetivo da comissão foi promover mudanças estruturais na administração do esporte mais popular do país. O relatório de Althoff propôs uma Lei de Responsabilidade Social do Futebol Brasileiro, segundo a qual o futebol profissional passa a ser entendido como ato de comércio, por força da lei. Essa alteração torna dirigentes de clu-

bes e federações responsáveis nos âmbitos cível e criminal por irregularidades cometidas em nome das entidades.

Outra novidade é a proposta de criação de uma agência reguladora para o desporto, incumbida de formular políticas, disciplinar as atividades esportivas, criar programas de estímulo e fiscalizar o cumprimento da legislação. Também seria criada, no âmbito do Senado, uma subcomissão permanente do desporto.

O relatório propôs também a regulamentação da profissão de agente esportivo, que deixa de estar à margem da lei. A mudança deve dar transparência às negociações de atletas.



Objetivo da CPI do Futebol foi promover mudanças na administração do esporte mais popular do país

Mercosul debateu adesão à Alca e acordo com a UE

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul firmou-se, ao longo de 2001, como um privilegiado espaço de debate a respeito dos processos de integração econômica internacional. Além de discutir o relacionamento entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, os quatro países

que compõem o bloco, os parlamentares da comissão debateram nos últimos meses as negociações para um acordo entre o Mercosul e a União Européia e para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A aprovação pela Câmara dos Deputados norte-americana da autorização para o início de negociações de acordos de livre comércio pelo governo dos Estados Unidos – conhecida como *fast track* – foi um dos temas discutidos pela comissão. O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Steve Van Andel, e seu vice-presidente executivo, Mark Smith, estiveram na comissão para explicar o entendimento que tinham do *fast track*. "Viemos



Roberto Requião, presidente da comissão, lamentou pressões norte-americanas contra exportações

para tentar melhorar a interpretação brasileira", disse Andel.

O presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), lamentou que os deputados norte-americanos houvessem cedido às pressões para limitar exportações brasileiras. Ele conclamou Brasil e Argentina a unirem suas forças para fazer reviver o Mercosul, que identifica como a única saída possível para dinamizar o comércio do Cone Sul, agora que as novas medidas protecionistas dos Estados Unidos teriam dificultado a criação da Alca.

Em novembro, uma delegação de parlamentares do Mercosul participou de reunião no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Plenário examinou 996 matérias em 193 sessões

Preocupação com questões éticas e número recorde de votações marcaram os trabalhos deste ano no Senado Federal

O presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou, ao encerrar o período legislativo de 2001, que a Casa trabalhou como nunca, apreciando um recorde de matérias: 996, das quais 902 foram aprovadas. A grande tônica do ano foi a preocupação com a ética, depois do desgaste que a Casa sofreu com o episódio da violação do painel eletrônico – que terminou com a renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda – e com as acusações ao ex-presidente da Casa, Jader Barbalho, que resultou em sua renúncia ao cargo e ao mandato de senador.

Ao tomar posse, em setembro, o novo presidente, Ramez Tebet, prometeu rigor com a questão ética e muito trabalho. Cumpriu as duas promessas. Foi no Senado a votação final, por unanimidade, da proposta de emenda à Constituição que limitou a imunidade parlamentar a palavras, votos e opiniões emitidas no exercício do mandato. Em relação às demais acusações de que possa ser alvo, o parlamentar pode ser processado pelo Supremo Tribunal Federal, sem necessidade de licença prévia. A proposta tramitava desde 1995 no Congresso.

Com a nova regra, o parlamentar passa a ser igual a qualquer cidadão brasileiro, deixando de poder usar seu mandato para se livrar de processos contra crimes comuns, afirma o líder do PTB, senador Carlos Patrocínio (TO). Para o relator da proposta, senador José Fogaça (PPS-RS), sem a vontade expressa do presidente da Casa, matérias polêmicas como a limitação da imunidade parlamentar costumam permanecer esquecidas.

Para assegurar a votação final de matérias relevantes, Tebet tomou a iniciativa de prorrogar a sessão legislativa até o dia 21 de dezembro. Nesse período de autoconvocação, foram votadas a imu-



Durante o ano, senadores aprovaram 902 matérias e enviaram 94 para o arquivo

nidade restrita, a nova tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, os projetos de aumento salarial para professores e funcionários das instituições federais de ensino e de reestruturação da carreira previdenciária, os dois últimos indispensáveis para terminar greves que duraram mais de 100 dias.

Entre os dias 29 de janeiro e 21 de dezembro de 2001, foram realizadas 193 sessões plenárias, em que os senadores aprovaram 902 matérias, sendo 82 projetos enviados à sanção presidencial e 139 encaminhados à Câmara dos Deputados; cinco medidas provisórias foram promulgadas; 572 proposições aprovadas e enviadas à promulgação; e 79 escolhas de autoridades e chefes de missões diplomáticas. Também foram arquivadas 94 matérias, totalizando 996 matérias apreciadas.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Em 2001, o Senado votou matérias de grande interesse, como a proposta de emenda à Constituição prevendo limitações à edição de medidas provisórias, até então baixadas pelo governo sem qualquer entrave, e a correção, em 17,5%, da tabela de alíquotas e descontos do Imposto de Renda Pessoa Física, congelada desde 1996.

A Casa também conseguiu aprovar matérias de interesse social e familiar, como a gratuidade dos testes de DNA. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-

AP), esse é um reforço de cidadania para pessoas carentes, com dificuldades de arcar com os custos do exame, sem prejudicar o sustento da família.

Temas amplos e de grande alcance político-institucional como a reestruturação do Poder Judiciário e a reforma política tiveram avanços relevantes em direção à aprovação final. As cidades também não foram esquecidas: com a aprovação do Estatuto da Cidade, foram definidas regras de planejamento para evitar crescimento urbano desordenado.

No plano econômico, a aprovação mais importante foi a alteração das Leis das Sociedades Anônimas e a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As mudanças criam condições para que a CVM se transforme em verdadeira agência reguladora e fiscalizadora do setor, dando início à democratização do comando das empresas de capital aberto e fortalecendo os acionistas minoritários.

O Senado aprovou, ainda, um novo tributo que incidirá sobre petróleo e derivados, a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), bem como a proposta que torna permanentes os fundos de Desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, instituídos por medida provisória e com duração prevista de um ano.

Atuação do Conselho de Ética levou três senadores à renúncia

A renúncia de três senadores foi o principal saldo dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar este ano. O colegiado conduziu os processos que culminaram com a renúncia de três políticos de destaque nacional: um líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF) e dois ex-presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Arruda e Antonio Carlos saíram em maio, e Jader em setembro, todos alegando inocência e dizendo-se vítimas de perseguições políticas.

Arruda e Antonio Carlos admitiram ter tido participação parcial no episódio de violação do painel de votações na sessão de cassação do ex-senador Luiz Estevão, mas protestaram contra a pena de cassação pedida pelo relator do processo, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Jader Barbalho alegou inocência em relação às acusações de envolvimento em esquemas de corrupção no Banco do Estado do Pará (Banpará) e na extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Porém seus argumentos não convenceram os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), responsáveis pelo relatório que pedia a abertura do processo de investigação com indicativo de quebra de decoro parlamentar passível de cassação de mandato. O senador João Alberto (PMDB-MA), que também compunha a comissão, não assinou o relatório.

O processo de Arruda e Antonio Carlos foi conduzido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Depois, ele deixou a presidência do conselho para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), mas este renunciou ao cargo por motivos de saúde, antes de o processo contra Jader ser concluído. Foi eleito, então,

o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), atual presidente do colegiado.

O Conselho de Ética também avaliou e decidiu arquivar, por 11 votos a quatro, o pedido de abertura de processo por quebra de decoro contra o senador Luiz Otávio (PPB-PA). O pedido, feito pela relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), decorreu da suposta participação do senador no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1992.

Na avaliação de Juvêncio da Fonseca, o trabalho do órgão foi positivo e coerente com o que pediu a sociedade. Para ele, o conselho pode ser considerado a instituição que mais trabalhou em 2002 “no sentido de passar o Brasil a limpo”.

– Na verdade, o conselho e o Senado não ficaram devendo nada, pois trabalharam arduamente para que o país tenha um Congresso ético e em conformidade com o que a população está exigindo, ou seja, uma atuação pública ética. Questões de corrupção, má-gestão e malversação dos recursos públicos, tudo passou pelo conselho nos últimos doze meses, e o órgão praticamente mandou para casa quatro senadores nesse período (incluindo Luiz Estevão, cassado em 2000) – enfatizou Juvêncio.

Ele disse também que as cobranças atuais feitas pela mídia e a própria sociedade para que o conselho continue agindo estão mais relacionadas com um sentimento de impunidade que permeia o país e com a estrutura lenta do Judiciário.

– Esse sentimento é transferido para o Senado e para a Câmara como se nós fôssemos o tribunal dos tribunais, o que não é verdade. O conselho apenas pode entrar na questão disciplinar e, nesse aspecto, tem sido eficiente – arrematou.



Conselho de Ética trabalhou “no sentido de passar o Brasil a limpo”, segundo seu presidente, Juvêncio da Fonseca